



**Senado Federal**  
**Concurso Público**

**CONSULTOR LEGISLATIVO**

**Assessoramento Legislativo**

**Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)**

**Caderno Tipo 1 (Branco) – 21M1**

**Saúde**



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS  
**FGV PROJETOS**

## Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

### Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a

resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras,

- 110 mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

### 1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

### 2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

### 3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

### 4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

### 5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

### 6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo.
- (B) explicativo.
- (C) alternativo.
- (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

### 7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

**8**

*Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras...* (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

**9**

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

**10**

*Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.* (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

**11**

*É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?* (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

**12**

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

**13**

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

**14**

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

**15**

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**Conhecimentos Gerais****16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

**17**

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

**18**

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.



**19**

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

**20**

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

**21**

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

**22**

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

**23**

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

**24**

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

**25**

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**Direito Constitucional e Administrativo****26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

**27**

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

**28**

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

**29**

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

**30**

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

**31**

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.



**32**

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificação adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

**33**

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

**34**

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

**35**

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

**Administração Pública****36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

**37**

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

**38**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal,: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

**39**

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

**40**

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

**Raciocínio lógico****41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

**42**

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

**43**

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

**44**

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

**45**

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para Z.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

**46**

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

**João:** Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

**José:** Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

**Maria:** Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

**Rosa:** Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

## Língua Inglesa

### Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

20 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

25

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

#### 47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

#### 48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

#### 49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

#### 50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.



## Conhecimentos Específicos

### 51

As causas de mortes evitáveis ou reduzíveis são definidas como aquelas passíveis de prevenção, total ou parcialmente, por ações efetivas dos serviços de saúde que estejam acessíveis em um determinado local e época. Em 2007 foi publicada a primeira versão de lista de causas de mortes evitáveis sob a coordenação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil, envolvendo especialistas de áreas relevantes e realizado intenso debate sobre o tema. Usualmente as listas de evitabilidade passam por atualização, em função de validações locais, avanços no conhecimento ou de mudanças do quadro de morbimortalidade. Em 2011 foi publicada a atualização da Lista Brasileira de Causas de Mortes Evitáveis (de 5 a 74 anos de idade) por Intervenções do Sistema Único de Saúde.

Cada uma das alternativas abaixo apresenta um dos 5 (cinco) subgrupos de causas de mortes evitáveis e um exemplo. Assinale a alternativa em que o exemplo dado **NÃO** corresponde ao subgrupo apresentado.

- (A) Reduzíveis por ações de imunoprevenção: Tuberculose respiratória, com confirmação bacteriológica e histológica (A15).
- (B) Reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças de causas infecciosas: Febre reumática e doença reumática aguda (I00 a I09).
- (C) Reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças não transmissíveis: Neoplasia maligna colo-retal (C18 a C19).
- (D) Reduzíveis por ações adequadas de prevenção, controle e atenção às causas de morte materna: Complicações da gravidez, parto e puerpério (O00 a O02; O03 a O26; O29 a O99).
- (E) Reduzíveis por ações intersetoriais adequadas de promoção à saúde, prevenção e atenção às causas externas: Condições iatrogênicas (Y60 a Y69; Y83 a Y84).

### 52

Para ser instituída em consonância com a Lei nº 8080/1990 e o decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que a regulamenta, uma Região de Saúde deve conter, no mínimo, ações e serviços de:

- (A) Atenção primária; urgência e emergência; atenção psicossocial; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e vigilância em saúde.
- (B) Atenção primária; atenção secundária; abordagens alternativas em saúde; urgência e emergência; e vigilância em saúde.
- (C) Atenção primária; atenção ambulatorial especializada; assistência hospitalar; urgência e emergência com UPAs; e vigilância em saúde.
- (D) Atenção primária; urgência e emergência com UPAs; atenção psicossocial; atenção ambulatorial especializada; e vigilância em saúde.
- (E) Atenção médica hospitalar hierarquizada; urgência e emergência com UPAs; atenção psicossocial; abordagens alternativas em saúde; e vigilância em saúde.

### 53

A Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – AMS 2009 é uma pesquisa censitária, realizada através de entrevista, que abrange todos os estabelecimentos de saúde existentes no País que prestam assistência à saúde individual ou coletiva com um mínimo de técnica apropriada, quer sejam eles públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos, segundo os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Com relação às informações apresentadas no relatório da AMS 2009, analise as afirmativas a seguir:

- I. Fazem parte do universo da pesquisa consultórios particulares, centros de saúde, hospitais e laboratório de análises clínicas.
- II. Em comparação com os resultados da AMS 2005, foi constatado um aumento relativo de 22,2% no número total de estabelecimentos de saúde no Brasil, sendo o conjunto de estabelecimentos com internação o maior responsável pelo crescimento observado.
- III. Dos estabelecimentos pesquisados, 20,5% prestavam atendimento exclusivo de apoio ao diagnóstico ou à terapia (Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia – SADT), tais serviços são em sua maioria privados.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### 54

As ações de vacinação são coordenadas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e têm o objetivo de erradicar, eliminar e controlar as doenças imunopreveníveis no território brasileiro.

Com relação ao PNI, analise as afirmativas a seguir:

- I. As ações de vacinação contribuíram para a erradicação da varíola no Brasil. Outro resultado de destaque é a ausência de registros da paralisia infantil há 22 anos e do sarampo há 10 anos.
- II. As vacinas incluídas no Calendário Básico de Vacinação, bem como as respectivas faixas etárias para a sua aplicação, são revistas periodicamente. Exemplo disso foi a inclusão da vacina contra o rotavírus humano para os menores de seis meses de idade.
- III. Apesar de ser considerado como uma referência mundial, o PNI brasileiro ainda tem problemas para atingir a cobertura desejada. Entre 2003 e 2010, a cobertura vacinal em menores de 1 ano de idade ficou em torno de 80%.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**55**

A regulamentação da Lei nº 8.080/1990, pelo Decreto nº 7.508/2011, estabeleceu a figura do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde como um acordo de colaboração cuja finalidade é a de organizar e integrar as ações e serviços de saúde na rede regionalizada e hierarquizada através da definição de responsabilidades, indicadores e metas de saúde, critérios de avaliação de desempenho, recursos financeiros que serão disponibilizados, forma de controle e fiscalização de sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços de saúde.

Nesse sentido, em consonância com o decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, pode-se afirmar que estes acordos:

- (A) Devem ser firmados entre entes federativos, ou seja, União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (B) Devem ser firmados entre unidades que ofertam serviços de saúde e os entes federativos que os demandam.
- (C) Só podem ser firmados por termo aditivo ou emenda à lei.
- (D) Devem ser firmados entre entes federativos públicos e privados.
- (E) Podem utilizar-se das novas formas organizativas e estabelecer estes contratos entre Organizações Sociais de Saúde e OSCIPS.

**56**

O desenvolvimento e a defesa do conceito de Rede de Atenção à Saúde, aqui definido como o conjunto articulado de ações e serviços de saúde em níveis de complexidade crescente, contrapõem-se aos modelos fragmentados hegemônicos, tendo por finalidade garantir a integralidade da assistência à saúde. Nesse sentido, assinale a base do planejamento, a forma de organização territorial e o sistema de financiamento que representam, respectivamente, o conceito estabelecido para as Redes de Atenção à Saúde:

- (A) Necessidades em saúde geram a demanda; Territórios sanitários definidos pelos fluxos da população; e Financiamento por valor global ou por capitação.
- (B) Oferta definida pela atuação dos colegiados gestores; Territórios sanitários determinados pelos movimentos sociais; e Financiamento por valor global ou por capitação.
- (C) Necessidades em saúde geram a demanda; Territórios sanitários definidos pelos fluxos da população; e Financiamento por procedimentos realizados.
- (D) Oferta definida pela atuação dos colegiados gestores; Territórios sanitários determinados pelos movimentos políticos; e Financiamento por valor global ou por capitação.
- (E) Oferta definida pela atuação dos colegiados gestores; Territórios sanitários definidos pelos fluxos da população; e Financiamento por procedimentos realizados.

**57**

O Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, de 2003, parte de alguns princípios norteadores gerais, como o respeito aos direitos humanos de mulheres e crianças, a implementação cotidiana dos conceitos de gênero, raça e etnia em estratégias e ações, a consideração das desigualdades sociais e regionais na tomada de decisões e a decisão política de investimentos na melhoria da atenção obstétrica e neonatal. Estes esforços levaram ao desenvolvimento de ações, cuja efetividade pode ser medida através de indicadores de processo e da qualidade da atenção ofertada. As opções a seguir apresentam grupos de indicadores que retratam essa efetividade, **À EXCEÇÃO DE UM.**

- (A) Oferta de cobertura pré-natal; Número de consultas de pré-natal realizadas; e porcentagem de gestantes vacinadas com toxoide tetânico.
- (B) Número de consultas de pré-natal realizadas; porcentagem de gestantes com início de atenção pré-natal no 1º trimestre da gravidez; e letalidade materna hospitalar.
- (C) Cobertura de parto institucional; porcentagem de vacinação com toxoide tetânico; e porcentagem de exames de VDRL realizados.
- (D) Cobertura de parto institucional; aplicação de medidas sócio-terapêuticas; e porcentagem de vacinação contra HPV.
- (E) Letalidade materna hospitalar; Cobertura de parto institucional; e Cobertura de pré-natal.

**58**

Pode-se considerar que até 90% das causas de mortalidade materna sejam evitáveis. Os comitês de morte materna são organismos de natureza interinstitucional, multiprofissional e confidencial que visam a analisar todos os óbitos maternos e a apontar medidas de intervenção para a sua redução na região de abrangência. Representam, também, um importante instrumento de acompanhamento e avaliação permanente das políticas de atenção à saúde da mulher. Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os comitês de mortalidade materna tem por finalidade a prevenção da morte materna pela definição e levantamento de fatores de evitabilidade do óbito materno visando à proposição de ações corretivas à realidade indesejada.
- II. Realização de investigações dos óbitos maternos nas localidades onde o setor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde não está capacitado, ou, ainda, quando essa for a decisão local.
- III. Promoção da discussão de casos clínicos nos comitês hospitalares e a promoção do debate sobre a persistência dos níveis de mortalidade materna a partir de evidências epidemiológicas.

Com relação às afirmativas acima, assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**59**

Com referência aos fatores de evitabilidade da mortalidade materna, sabe-se que estes podem ser agrupados da seguinte maneira:

Da comunidade e da mulher; profissionais; institucionais; sociais; intersetoriais; inconclusivos; e ignorados.

Relacione as colunas a seguir identificando as causas apresentadas com os respectivos grupos.

1. Falta de leitos; Falta de sangue.
2. Baixa escolaridade; Desemprego.
3. Falta de capacitação; Falha diagnóstica.
4. Questões religiosas; Incapacidade de reconhecer os problemas relacionados à gravidez.
5. Falta de saneamento básico; falta de meios de transporte.

( ) Da comunidade e da mulher.

( ) Profissionais.

( ) Institucionais.

( ) Sociais.

( ) Intersetoriais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) 2 – 3 – 1 – 4 – 5  
(B) 4 – 3 – 1 – 2 – 5  
(C) 2 – 1 – 3 – 5 – 4  
(D) 4 – 3 – 2 – 5 – 1  
(E) 4 – 1 – 3 – 2 – 5

**60**

Com relação à Mortalidade Materna, avalie as afirmativas a seguir:

- I. A definição clássica de morte materna considera “a morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 60 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez, devida à qualquer causa relacionada com, ou agravada pela gestação, ou por medidas tomadas em relação a ela, mesmo se devida a causas acidentais ou incidentais”.
- II. O conceito de morte materna tardia foi introduzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) pela 10ª Revisão do CID (Código Internacional de Doenças), incorporando parcialmente as recomendações da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO) e passando a incluir “a morte de uma mulher por causas obstétricas diretas ou indiretas ocorridas entre 42 dias até um ano depois do término da gravidez”.
- III. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o *United Nations International Children’s Emergency Fund* (UNICEF), “a morte materna representa um indicador do status da mulher, seu acesso à assistência à saúde e a adequação do sistema de assistência à saúde em responder às suas necessidades.”

Com relação às afirmativas acima, assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.  
(B) se somente a afirmativa III estiver correta.  
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.  
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.  
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**61**

Com relação ao Método Mãe Canguru (MMC), analise as afirmativas a seguir:

- I. É indicado para o recém-nascido pré-termo ou de baixo peso estável, que necessita de proteção térmica, alimentação adequada, observação frequente e proteção contra infecções.
- II. A norma do Ministério da Saúde preconiza a aplicação do MMC em três etapas: na própria Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, depois, no alojamento conjunto canguru e, após a alta hospitalar, nos ambulatórios de seguimento hospitalar, até o peso mínimo de 2.500 g, quando o recém-nascido de baixo peso (RNBP) é encaminhado para os serviços da rede.
- III. As evidências científicas indicam que o MMC traz benefícios à saúde do RNBP, reduz o custo e o tempo de internação hospitalar, humaniza a assistência e melhora o vínculo mãe-filho, aumentando a adesão ao aleitamento materno exclusivo. É importante ressaltar que tanto no Brasil, como nos países desenvolvidos, o Método Mãe Canguru tem sido proposto como opção de valor para a substituição da tecnologia hoje utilizada nas unidades neonatais de terapia intensiva.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.  
(B) se somente a afirmativa III estiver correta.  
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.  
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.  
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**62**

Ainda com referência à pesquisa IBGE-AMS 2009, calculando o indicador de leitos por 1.000 habitantes disponíveis ao SUS para o conjunto da população, verifica-se um índice de 1,6 para o Brasil, variando entre 1,5 para a região Norte e um máximo de 1,9 para a região Sul. Com referência a estes dados, pode-se afirmar:

- I. Estes valores são apropriados para o SUS, posto que a política da Estratégia de Saúde da Família, com sua resolutividade em torno de 85%, juntamente com a atuação das demais unidades de atenção primária e secundária, reduziu drasticamente a necessidade de leitos de internação para os pacientes do SUS.
- II. Esses números refletem a situação atual de programação pública para a redução global do número de leitos no Brasil adequando-os às novas realidades e necessidades.
- III. Mesmo com o aumento do número de leitos públicos implantados, a redução de leitos privados ofertados ao SUS ocasionou uma queda global nesta categoria da oferta (leitos hospitalares ofertados ao SUS).

Com relação às afirmativas acima, assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.  
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.  
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.  
(D) se somente a afirmativa III estiver correta.  
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**63**

Com referência aos desafios que os formuladores de políticas públicas e gestores ainda devem enfrentar para que a Estratégia de Saúde da Família (ESF) atinja melhores resultados, analise as afirmações a seguir.

- I. Mesmo que o número de contratos de trabalho temporários tenha diminuído, a força de trabalho na atenção básica ainda apresenta alta rotatividade, particularmente por conta das distintas estruturas salariais e contratos de emprego oferecidos pelos diferentes municípios.
- II. A expansão e a consolidação da ESF são dificultadas ainda mais pela presença de muitas unidades tradicionais de atenção básica que foram criadas antes do Programa de Saúde da Família (PSF). Localizadas, muitas vezes, na mesma área geográfica das unidades de saúde da família, em geral esses dois serviços distintos não estão integrados e a população utiliza um ou outro, de acordo com a facilidade de acesso e a sua conveniência.
- III. Especialmente nos municípios que assumiram a gestão dos serviços ambulatoriais previamente administrados pelo governo federal ou estadual, o uso de serviços do PSF ainda não foi capaz de apresentar melhorias em alguns resultados em saúde importantes para os formuladores, como por exemplo, a redução na taxa de mortalidade infantil pós-neonatal notadamente atribuível aos casos de mortes por doença diarreica e por infecções do aparelho respiratório.

Com relação às afirmativas acima, assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**64**

A partir das informações disponibilizadas pela pesquisa IBGE-AMS 2009, analise as afirmativas a seguir com referência ao perfil da oferta de serviços de saúde com internação hospitalar:

- I. Quanto à oferta de leitos para internação hospitalar observa-se que a taxa de leitos por 1.000 habitantes sofreu uma redução no país como um todo, caindo de 2,4 para 2,3.
- II. Analisando regionalmente os dados da oferta de leitos de internação, verifica-se que apenas a Região Sul apresenta valores desse indicador dentro do parâmetro preconizado pelo Ministério da Saúde.
- III. A oferta preconizada pelo Ministério da Saúde deve ficar entre 3 e 4 leitos por 1.000 habitantes (Portaria nº 1.101/GM, de 12 de junho de 2002).

Com relação às afirmativas acima, assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**65**

Utilizando os indicadores estabelecidos pela Portaria nº 1.101/GM, de 12 de junho de 2002, que regulamenta a oferta de serviços de saúde a partir dos dados populacionais, os gestores podem programar a capacidade instalada para fazer frente às necessidades de saúde da população sob sua responsabilidade. Nesse sentido, utilize os dados e informações a seguir:

- Grupo populacional – 200.000 habitantes.
- Dados de programação da portaria – 2 a 3 consultas médicas por hab./ano;
- Consultas de urgência e emergência (CUE) – 15% do total de consultas médicas;
- Ultrassonografia (US) – 1 a 1,5% do total de consultas médicas;
- Tomografia Computadorizada (TC) – 0,2% do total de consultas médicas.

Considerando que o gestor conseguiu programar a oferta plena dos serviços previstos, assinale os números que representam a produção anual esperada:

- (A) 600 mil consultas médicas; CUE – 90 mil; US – 6 mil; TC – 1,2 mil.
- (B) 500 mil consultas médicas; CUE – 60 mil; US – 7,5 mil; TC – 1,2 mil.
- (C) 400 mil consultas médicas; CUE – 60 mil; US – 6 mil; TC – 800;
- (D) 600 mil consultas médicas; CUE – 90 mil; US – 9 mil; TC – 1,2 mil.
- (E) 400 mil consultas médicas; CUE – 60 mil; US – 4 mil; TC – 1,2 mil.

**66**

Com relação ao tema “doenças e lesões pré-existentes” (DLP), a Lei nº 9.656/98 buscou adequar o tema às diversas características da oferta de atenção à saúde, às necessidades em saúde dos consumidores e ao mercado em organização, de modo a definir um modelo de regulação que equilibrasse os diversos elementos tensionadores. Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir:

- I. Não caberá qualquer alegação de doença ou lesão pré-existente às crianças nascidas de parto coberto pela operadora, sendo-lhes garantida a assistência durante os 30 primeiros dias de vida dentro da cobertura do plano do titular, assim como estará garantida a sua inscrição na operadora sem a necessidade de cumprimento de qualquer período de carência ou de cobertura parcial temporária ou agravo
- II. Após as 24 horas do início da vigência do contrato, será garantida a cobertura integral (ambulatorial e hospitalar) para urgência e emergência aos consumidores de plano referência, sem qualquer tipo de limitação, a não ser para os casos de doenças ou lesões pré-existentes.
- III. Doenças e lesões pré-existentes – DLP – são aquelas que o consumidor ou seu responsável saiba ser portador, na época da contratação do plano de saúde.

Com relação às afirmativas acima, assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.



**67**

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) elencou nove temas prioritários para sua atuação no período de 2011-2012. Esses temas compõem a primeira Agenda Regulatória da ANS e visa a oferecer a todos os interessados no setor de planos de saúde maior possibilidade de participação na definição de normas. Reúne um conjunto de temas ou questões (com suas ações específicas) que, para a diretoria, são prioritárias, de cunho estratégico e impactam ou impactarão, em um futuro próximo, o setor de saúde suplementar.

Nesse sentido, correlacione os 9 (nove) eixos temáticos às ações específicas concernentes:

- ( ) Eixo 1 – Modelo de Financiamento do Setor;
  - ( ) Eixo 2 – Garantia de Qualidade e Acesso Assistencial;
  - ( ) Eixo 3 – Modelo de Pagamento a Prestadores;
  - ( ) Eixo 4 – Assistência Farmacêutica;
  - ( ) Eixo 5 – Incentivo à Concorrência;
  - ( ) Eixo 6 – Garantia de Acesso à Informação;
  - ( ) Eixo 7 – Contratos Antigos;
  - ( ) Eixo 8 – Assistência ao Idoso;
  - ( ) Eixo 9 – Integração da Saúde Suplementar com o SUS.
1. Implantar o programa de acreditação de operadoras de planos de saúde.
  2. Estudar alternativas de oferta de assistência farmacêutica ambulatorial para beneficiários do setor de saúde suplementar portadores de patologias crônicas de maior prevalência.
  3. Estudar a possibilidade de formatação de produtos de planos de saúde com alternativas mistas de mutualismo e capitalização.
  4. Organizar a comparação entre operadoras e prestadores para ampliar a capacidade de escolha por parte do consumidor.
  5. Estimular a adaptação/migração dos contratos individuais/coletivos.
  6. Estimular as operadoras a criarem incentivos aos beneficiários da terceira idade que participem de programas de acompanhamento de sua saúde.
  7. Promover pacto setorial para a definição/criação de estímulos e mecanismos indutores para nova sistemática de remuneração dos hospitais.
  8. Avançar no modelo de mobilidade com portabilidade de carências.
  9. Implantar a identificação unívoca do beneficiário para a saúde suplementar e desenvolver prontuário eletrônico.

Assinale a sequência que correlaciona corretamente os eixos e as ações propostas:

- (A) 7 – 5 – 3 – 2 – 4 – 8 – 1 – 6 – 9
- (B) 3 – 1 – 7 – 2 – 8 – 4 – 5 – 6 – 9
- (C) 8 – 9 – 3 – 2 – 1 – 7 – 4 – 6 – 5
- (D) 3 – 9 – 4 – 2 – 8 – 1 – 7 – 6 – 5
- (E) 3 – 9 – 7 – 2 – 1 – 8 – 5 – 6 – 4

**68**

A implantação e o desenvolvimento da Política Nacional de Atenção às Urgências vêm incorporando novos elementos, tendo a sua construção inicial sofrido a mais recente reformulação a partir da Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011, que estabeleceu o “S.O.S. Emergências”, que se propõe a funcionar articulado com os demais serviços de urgência e emergência que compõem a Rede Saúde Toda Hora, coordenada pelo Ministério da Saúde e executada pelos gestores estaduais e municipais em todo o país. Esses serviços englobam o SAMU 192, UPAS 24 horas, Salas de Estabilização e serviços da Atenção Básica e Melhor em Casa.

Nesse sentido, analise as afirmativas referentes aos diversos componentes envolvidos

- I. Fazem parte das Diretrizes da Rede de Atenção às Urgências: A ampliação do acesso e acolhimento aos casos agudos demandados aos serviços de saúde; A garantia da universalidade, equidade e integralidade no atendimento às urgências clínicas, cirúrgicas, gineco-obstétricas, psiquiátricas, pediátricas e as relacionadas às causas externas (traumatismos, violências e acidentes); A regionalização do atendimento às urgências e um comando único das diversas redes de atenção com acesso hierarquizado aos serviços de saúde. A priorização das demandas de média e alta complexidade nas portas de entrada pactuadas e a humanização da atenção decorrentes da atuação institucional das equipes da estratégia da família junto à central de regulação de urgência, garantindo a efetivação de um modelo centrado nas diretrizes clínicas e na demanda do usuário.
- II. A Rede de Atenção às Urgências priorizará as linhas de cuidados cardiovascular, cerebrovascular e traumatológica, sendo constituída pelos seguintes componentes: Promoção, Prevenção e Vigilância à Saúde; Atenção Básica em Saúde; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e suas Centrais de Regulação Médica das Urgências; Sala de Estabilização; Força Nacional de Saúde do SUS; Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas; Hospitalar; e Atenção Domiciliar
- III. O componente Sala de Estabilização deverá ser um ambiente implantado para a estabilização de pacientes críticos, tendo condições de garantir a assistência 24 horas e vinculado a um equipamento de saúde articulado e conectado aos outros níveis de atenção, para posterior encaminhamento à rede de atenção à saúde pela central de regulação das urgências. Deve estar instalada em serviços de saúde, preferencialmente em hospitais de pequeno porte, habilitados ou não, e fora da área de abrangência de UPA 24 horas, podendo também ser instalada em outras unidades tipo Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade Mista, desde que garantidas as condições para seu funcionamento integral por 24 horas em todos os dias da semana.

Com relação às afirmativas acima, assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.



**69**

O tema ressarcimento ao SUS pelas Operadoras Privadas de Planos de Saúde (OPS) vem-se mostrando um desafio permanente aos formuladores das políticas públicas de saúde e aos gestores do sistema de saúde. Nesse sentido, a ANS tem envidado esforços para a sua regulamentação, conforme se pode observar na Resolução Normativa 253, de 05 de maio de 2011.

Com relação à esta Resolução Normativa, avalie as afirmações:

- I. Denomina-se atendimento a ser ressarcido pela OPS ao SUS quando da utilização de serviços de atendimento à saúde por beneficiário da OPS em prestador de caráter exclusivamente público integrante do SUS, cuja assistência prestada à sua saúde estivesse, na data do uso, disponível na rede própria ou credenciada da OPS e ao qual está vinculado o beneficiário,
- II. O ressarcimento ao SUS, para os atendimentos das competências até dezembro de 2007, será cobrado de acordo com os valores estabelecidos na Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos – TUNEP.
- III. O ressarcimento ao SUS, para os atendimentos das competências a partir de janeiro de 2008, será cobrado de acordo com os valores praticados pelo SUS multiplicados pelo Índice de Valoração do Ressarcimento – IVR.

Com relação às afirmativas acima, assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**70**

Frente às novas formulações e ações do Ministério da Saúde (dec. nº 7.616, de 17 de novembro de 2011), em caso de situação epidemiológica caracterizada pela ocorrência de agentes infecciosos inesperados ou a reintrodução de doença erradicada; ou ainda, desastres ou desassistência à população que configurem situação de emergência ou calamidade pública, caberá ao Poder Executivo Federal, por ato do Ministro de Estado da Saúde, declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, **EXCETO**:

- (A) Nos casos de situações epidemiológicas, por recomendação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde contendo relatório técnico sobre o risco de propagação de doença ou agravamento de saúde.
- (B) Nos casos de situações epidemiológicas, por recomendação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde expondo o nível de gravidade da emergência em saúde pública ou da sua natureza incomum ou inesperada.
- (C) Por requerimento do Ministério da Integração Nacional após o reconhecimento da situação de emergência ou estado de calamidade pública, quando forem necessárias medidas de saúde pública.
- (D) Por requisição do Poder Executivo do Distrito Federal, em todos os casos, sempre mediante o parecer favorável da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.
- (E) No caso de desassistência à população, por requisição do Poder Executivo do Estado ou Município afetado, mediante o parecer favorável da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

**71**

Uma vez declarada a doença ou lesão pré-existente (DLP), a operadora é obrigada a oferecer as seguintes opções ao consumidor no momento da contratação:

- I. Agravamento, que é um acréscimo no valor da mensalidade do plano de saúde do portador de doença ou lesão pré-existente. Esse acréscimo será proporcional à cobertura de eventos cirúrgicos, à ocupação de leitos de alta tecnologia e procedimentos de alta complexidade relacionados à doença ou lesão pré-existente.
- II. Cobertura parcial temporária, que se caracteriza por um período de até 24 meses, estabelecido em contrato, durante o qual o consumidor, não terá cobertura para aquelas doenças e lesões pré-existentes declaradas. Neste período, pode haver exclusão da cobertura de eventos cirúrgicos, leitos de alta tecnologia e procedimentos de alta complexidade relacionados diretamente às doenças ou lesões preexistentes.
- III. Resseguro, que consiste na compra pelo consumidor de uma apólice de seguro com tempo determinado de 24 meses para a garantia de cobertura para a DLP declarada no tocante aos procedimentos de alta complexidade. Os demais procedimentos para as doenças ou lesões pré-existente (consultas e diversos exames) serão cobertos normalmente pela operadora de acordo com o tipo de plano contratado, uma vez cumpridos os prazos normais de carência. Após os 24 meses de resseguro, será integral a cobertura prevista na legislação e no contrato.

Com relação às afirmativas acima, assinale

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**72**

Com referência aos termos técnicos utilizados no mercado de Operadoras Privadas de Planos de Saúde, para a sua perfeita compreensão e a correta descrição dos fenômenos decorrentes de suas operações administrativas e assistenciais, analise.

- I. Prestadores de serviços de saúde são apresentados como o conjunto de estabelecimentos de saúde, incluindo equipamentos e recursos humanos, que oferecem o cuidado aos beneficiários em todos os níveis de atenção à saúde, considerando ações de promoção, prevenção, tratamento e habilitação, à exceção de consultórios isolados, acompanhando a metodologia IBGE-AMS.
- II. Taxa de cobertura é a razão, expressa em porcentagem, entre o número de beneficiários e a população de uma área específica. O cálculo é feito para Unidades da Federação, capitais, regiões metropolitanas das capitais e o interior das Unidades da Federação. Como o indivíduo pode possuir mais de um vínculo ao plano de saúde e estar presente no cadastro de beneficiários da ANS tantas vezes quanto o número de vínculos que possuir, o termo cobertura é utilizado como um valor aproximado.
- III. Taxa de sinistralidade é a relação, expressa em porcentagem, entre as despesas mensais efetuadas pelas operadoras visando a garantir o seu funcionamento e a receita de contraprestações que estas obtém através de sua carteira de clientes.

Com relação às afirmativas acima, assinale.

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**73**

A Empresa X é uma Operadora Privada de Planos de Saúde (OPS) e tem em sua carteira 250.000 mil beneficiários. A Empresa Y, igualmente uma OPS, tem em sua carteira, outras 250.000 vidas. Ambas utilizam-se da mesma rede de prestadores de serviços, cujos hospitais somam “n” leitos gerais e “m” leitos de UTI. Uma vez definido que as OPS devem ter em sua rede hospitalar a disponibilidade de 3 leitos para cada 1.000 (mil) beneficiários e que 10% destes leitos devem ser de Terapia Intensiva, como forma de estar enquadradas nos ditames do Ministério da Saúde, avalie:

- I. A equação capaz de calcular a necessidade dos “m” leitos de UTI para atender às OPS X e Y, em consonância com as determinações do MS, deve ser a soma dos beneficiários das duas OPS, que multiplicados por 3 e divididos por 1.000 resultarão no número “n”. Deste resultado obter-se-ão os 10% referentes ao dimensionamento dos “m” leitos de UTI necessários para atender às duas OPS.
- II. Se cada OPS faz as contas apenas para as suas próprias necessidades, a equação que cada uma utiliza refere-se exclusivamente à sua carteira de clientes. Assim, a metade do número ideal de leitos gerais e de UTI é capaz de satisfazer cada OPS em suas aspirações para as necessidades contratuais da rede assistencial que, teoricamente, atenda à sua carteira de beneficiários.
- III. Nas necessidades em saúde que demandam atenção em Terapia Intensiva, com eventos frequentes e coincidências acumuladas, as duas OPS terminam disputando os mesmos leitos de UTI, sempre escassos, frutos de um dimensionamento virtual que se mostra cada vez mais ineficaz em prover os recursos necessários para garantir o acesso dos pacientes à assistência efetiva.

Com relação às afirmativas acima, assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**74**

A importância do diabetes *mellitus* e da hipertensão arterial sistêmica como problemas globais de saúde pública é hoje bem reconhecida internacionalmente.

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é a mais frequente das doenças cardiovasculares; é, também, o principal fator de risco para as complicações mais comuns, como acidente vascular cerebral e infarto agudo do miocárdio, além da doença renal crônica terminal.

O Diabetes *Mellitus* (DM) se configura hoje como uma epidemia mundial sendo um grande desafio para os sistemas de saúde de todo o mundo.

Analise as afirmativas a seguir:

- I. No Brasil, a HAS e o DM são responsáveis pela primeira causa de mortalidade e de hospitalizações, de amputações de membros inferiores e representam mais de 60% dos diagnósticos primários de insuficiência renal crônica com encaminhamento à diálise.
- II. Entre os Objetivos do SISHiperdia está o de possibilitar a gestão do cuidado pela vinculação do portador de DM e HAS à unidade básica ou equipe de saúde e, através do cadastro e atendimento desses portadores, monitorar de forma contínua a qualidade clínica e o controle desses agravos e seus fatores de risco na população assistida.
- III. O Ministério da Saúde adotou como padrão de tratamento para a HAS e o DM medicamentos essenciais preconizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e que são disponibilizados em toda a rede pública de saúde do SUS. Para o tratamento da HAS foram estabelecidos os medicamentos Captopril, Hidroclorotiazida e Propranolol; e para o tratamento do DM os hipoglicemiantes orais Glibenclamida e Metformina, além da Insulina NPH-100, disponibilizada na rede sistematicamente.

Com relação às afirmativas acima, assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**75**

O câncer do colo do útero, também chamado de cervical, é o segundo tumor mais frequente na população feminina, atrás apenas do câncer de mama, sendo a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil. Por ano, faz 4.800 vítimas fatais e apresenta 18.430 novos casos. O Ministério da Saúde vem desenvolvendo ações no sentido de sua prevenção e tratamento. Nesse sentido, avalie as afirmações:

- I. A prova de que o país avançou na sua capacidade de realizar diagnóstico precoce é que na década de 1990, 70% dos casos diagnosticados eram da doença invasiva (o estágio mais agressivo da doença). Atualmente 44% dos casos são de lesão precursora do câncer, chamada *in situ*. Esse tipo de lesão é localizada e, nas mulheres diagnosticadas precocemente e tratadas adequadamente, a chance de cura é de aproximadamente 88%.
- II. A principal alteração que pode levar a esse tipo de câncer é a infecção pelo papilomavírus humano, o HPV, com alguns subtipos de alto risco e relacionados a tumores malignos. As alterações das células que podem desencadear o câncer são descobertas facilmente no exame preventivo (conhecido também como Papanicolau), pelo que é importante a sua realização periódica.
- III. O SISCOLO – Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero – foi desenvolvido pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA-MS) como uma ferramenta de gerência das ações do programa de controle do câncer de colo do útero. Os dados gerados pelo sistema permitem avaliar a cobertura da população-alvo, a qualidade dos exames, a prevalência das lesões precursoras, a situação do seguimento das mulheres com exames alterados, dentre outras informações relevantes ao acompanhamento e melhoria das ações de rastreamento, diagnóstico e tratamento.

Com relação às afirmativas acima, assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**78**

No âmbito da Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde (PNGTS), define-se gestão de tecnologias em saúde, *lato sensu*, como o conjunto de atividades gestoras relacionado com os processos de avaliação, incorporação, difusão, gerenciamento da utilização e retirada de tecnologias do sistema de saúde. Este processo deve ter como referenciais as necessidades em saúde, o orçamento público, as responsabilidades dos três níveis de governo e do controle social, além dos princípios de equidade, universalidade e integralidade, que fundamentam a atenção à saúde no Brasil. Assim, a Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) é o processo contínuo de análise e síntese dos benefícios para a saúde e das consequências econômicas e sociais do emprego das tecnologias, considerando os seguintes aspectos: segurança, acurácia, eficácia, efetividade, custos, custo-efetividade e aspectos de equidade, impactos éticos, culturais e ambientais envolvidos na sua utilização. Nesse sentido, para implementar a ATS no sistema de saúde, serão necessárias as seguintes ações, **EXCETO**:

- (A) Definição de metodologia para identificação e seleção de tecnologias emergentes e relevantes para o SUS e a Saúde Suplementar.
- (B) Articulação com as ações da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e com a implementação da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde.
- (C) Utilização das fontes sociais de contribuição, incluindo a mídia e o poder judiciário, como forma de enriquecer, a partir do olhar externo, as definições de novas tecnologias a incorporar.
- (D) Incentivo à formação de Rede de Centros Colaboradores para a realização de estudos, promovendo articulação entre os diferentes perfis institucionais e setoriais.
- (E) Estabelecimento de cooperação com agências de avaliação internacionais, visando ao intercâmbio de informações e à capacitação de recursos humanos.

**79**

No contexto da Portaria nº 2.510/GM, de 19 de dezembro de 2005, consideram-se tecnologias em saúde: medicamentos, materiais, equipamentos e procedimentos, sistemas organizacionais, educacionais, de informações e de suporte, e programas e protocolos assistenciais, por meio dos quais a atenção e os cuidados com a saúde são prestados à população. No aspecto da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), avalie as afirmativas:

- I. Os elementos descritos são díspares e pertencem a âmbitos distintos do conhecimento, pelo que demandam abordagens e saberes específicos quanto à sua avaliação para recomendação e adoção, ou não, como tecnologias em saúde.
- II. Sistemas Organizacionais desempenham um papel estrutural importante, mas não demandam esforços de avaliação quanto à tecnologia na qual se baseia, nem é necessária a sua comparação a outras em uso, posto que todas servem igualmente de substrato para o desenvolvimento das atividades-fim da organização de saúde.
- III. A ATS pode ser descrita como um processo abrangente por meio do qual são avaliados os impactos clínicos, sociais e econômicos das tecnologias em saúde, levando-se em consideração aspectos como eficácia, efetividade, segurança, custos e custo-efetividade, entre outros. Seu objetivo principal é auxiliar os gestores em saúde na tomada de decisões coerentes e racionais quanto à incorporação de tecnologias em saúde

Com relação às afirmativas acima, assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**80**

Dada a necessidade da identificação unívoca dos usuários das ações e serviços de saúde como ponto de partida para o aprimoramento da qualidade dos processos de trabalho no SUS, viabilizando a utilização adequada das informações no planejamento, acompanhamento e avaliação da atenção à saúde, o governo federal instituiu o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão), buscando um efetivo e eficiente sistema de registro eletrônico, cujo objetivo é o de contribuir para o gerenciamento das ações e serviços de saúde, garantindo ao cidadão o registro – num sistema informatizado – dos dados relativos à atenção à saúde que lhe é garantida.

Com base na Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, que regulamenta o Sistema Cartão, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O Sistema Cartão vai possibilitar o cadastramento dos usuários das ações e serviços de saúde, com validade nacional e base de vinculação territorial fundada no domicílio residencial do seu titular.
- (B) Nômades e população de rua, por não preencherem as condições de elegibilidade quanto ao domicílio residencial ficam sem registro no Cadastro Nacional de Usuários do SUS.
- (C) A Base Nacional de Dados dos Usuários das Ações e Serviços de Saúde poderá ser compartilhada com os demais órgãos que realizem atividades sociais nas três esferas de governo, observadas as normas de segurança da informação.
- (D) A inexistência ou o desconhecimento do número do Cartão Nacional de Saúde pelo usuário do SUS ou pelo estabelecimento de saúde não constitui impedimento para a realização do atendimento solicitado em qualquer estabelecimento de saúde.
- (E) As estratégias para implementação das medidas previstas na Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, inclusive aquelas referentes ao seu financiamento, deverão ser objeto de pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).



**Atenção!** Você está recebendo um caderno de provas de **Saúde do Tipo 1 (Branco – 21M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

## Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
  - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
  - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
    - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
  - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
    - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
    - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
  - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
  - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
  - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
  - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
  - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
  - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
  - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
  - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.